OPEN ACCESS

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN
FAMECOS
PUCRS

REVISTA FAMECOS
mídia, cultura e tecnologia

Revista FAMECOS, Porto Alegre, v. 33, p. 1-18, jan.-dez. 2026
e-ISSN: 1980-3729 | ISSN-L: 1415-0549

JORNALISMO

(Re)configurações do acontecimento: memória, poder e legitimação no jornalismo

(Re)configurations of the Event: Memory, Power, and Legitimation in Journalism
(Re)configuraciones del Acontecimiento: Memoria, Poder y Legitimación en el Periodismo

Kelly De Conti Rodrigues[1]
orcid.org/0000-0001-9823-3010
kelly.conti@unesp.br

Carlos Alberto Garcia Biernath[2]
orcid.org/0009-0002-0497-7081
beto.biernath@gmail.com

Recebido em: 28 jul. 2025.
Aprovado em: 16 dez. 2025.
Publicado em: 12 fev. 2026.

Resumo: Este artigo investiga como o jornalismo guiado por dados atua na (re) construção do acontecimento jornalístico por meio da articulação entre memória, legitimação e disputas de poder simbólico. Analisam-se duas reportagens produzidas no cenário latino-americano recente: uma da Folha de S. Paulo sobre gastos sigilosos, e outro do *La Nación*, sobre a retórica de Javier Milei. Utilizando a análise do discurso, observa-se como essas narrativas, ancoradas em dados, funcionam como construções discursivas que organizam o tempo, performam autoridade e instituem visibilidades.

Palavras-chave: jornalismo de dados; acontecimento; memória; poder simbólico; legitimação.

Abstract: This article investigates how data-driven journalism contributes to the (re)construction of journalistic events through the articulation of memory, legitimation, and disputes over symbolic power. Two news reports produced in the recent Latin American context are analyzed: one from Folha de S. Paulo on confidential expenditures and another from *La Nación* on Javier Milei's rhetoric. Using discourse analysis, it is observed how these data-driven narratives function as discursive constructions that organize time, perform authority, and institute forms of visibility.

Keywords: data journalism; event; memory; symbolic power; legitimation.

Resumen: Este artículo investiga cómo el periodismo guiado por datos contribuye a la (re)construcción del acontecimiento periodístico mediante la articulación entre memoria, legitimación y disputas por el poder simbólico. Se analizan dos reportajes producidos en el contexto latinoamericano reciente: uno de Folha de S. Paulo sobre gastos confidenciales y otro de *La Nación* sobre la retórica de Javier Milei. A partir del análisis del discurso, se observa cómo estas narrativas, ancladas en datos, funcionan como construcciones discursivas que organizan el tiempo, performan autoridad e instituyen visibilidades.

Palabras clave: periodismo de datos; acontecimiento; memoria; poder simbólico; legitimación.

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a licença CC-BY 4.0, que permite a cópia e redistribuição do material em qualquer formato e para qualquer finalidade, desde que a autoria original e os créditos de publicação sejam mantidos.

1 Introdução

O jornalismo guiado por dados representa uma das expressões mais complexas do jornalismo contemporâneo, sobretudo por articular diferentes regimes de visibilidade, epistemologias de prova e estratégias narrativas. Consideramos que tal modo de elaboração narrativa ten-

[1] Faculdade Católica Paulista, Marília, São Paulo, Brasil; Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, São Paulo, Brasil.
[2] Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, São Paulo, Brasil.

siona a fronteira entre diversos lugares comuns para parte da sociedade (como a objetividade jornalística) quanto aspectos científicos da comunicação (a exemplo dos modos de apuração e narração). Trata-se, portanto, de um campo em que se disputa não apenas o conteúdo das notícias, mas os próprios critérios de legitimidade do saber jornalístico.

Além disso, destaca-se que o uso de bases de dados diversas, gráficos interativos e narrativas visuais implica uma renovação epistemológica na prática jornalística, com impacto direto na construção do acontecimento. Esse movimento é, muitas vezes, acompanhado de discursos sobre objetividade e transparência, que ocultam os processos subjetivos e editoriais envolvidos na mediação dos dados. Assim, os dados são convocados como evidência, mas operam como enunciados, e todo enunciado é atravessado por posicionamentos, omissões e subjetividades.

Neste cenário, o jornalismo de dados se torna também um campo de disputa simbólica sobre o que deve ser conhecido, lembrado, esquecido ou interpretado. É justamente por meio da narrativa que esses dados ganham inteligibilidade e potência simbólica, atualizando não apenas o presente, mas as memórias coletivas e as formas de perceber o mundo social.

Assim, o jornalismo tem desempenhado, historicamente, um papel central na mediação dos acontecimentos que atravessam a vida pública. Ao selecionar, enquadrar e narrar os fatos, os meios de comunicação constroem versões sobre o real que influenciam decisões individuais e coletivas. Com o avanço das tecnologias digitais e a crescente circulação de dados em diferentes esferas da sociedade, o jornalismo de dados emergiu como uma das formas mais sofisticadas de produzir sentido no campo midiático contemporâneo, mobilizando estruturas discursivas que reorganizam o tempo, a memória e a autoridade do discurso jornalístico.

Neste artigo, objetiva-se compreender como o jornalismo guiado por dados atua na reconstrução do acontecimento, por meio de três operadores analíticos centrais: memória, legitimação e poder. A hipótese que orienta a investigação é que essas narrativas, ainda que ancoradas em evidências quantitativas, estão imersas em disputas de sentido marcadas por temporalidades expandidas, estratégias de autorização simbólica e jogos de força entre diferentes campos sociais.

Para isso, parte-se do entendimento de que o acontecimento jornalístico não é um dado bruto, mas uma construção discursiva, marcada por posicionamentos, seleções e performatividades (Verón, 1983; Charaudeau, 2006). Ao serem apropriados pelo jornalismo de dados, os acontecimentos são reconfigurados segundo lógicas que operam simultaneamente no plano técnico, estético e político. A análise aqui proposta toma como referência a noção de antropofagia narrativa, entendida como estratégia de incorporação e ressignificação de diferentes linguagens e matrizes narrativas, e se apoia em contribuições de Ricoeur (2007) e Foucault (2010) para pensar a relação entre narrativa, poder e memória.

A seguir, trazemos as visões desses autores que guiaram o modo como analisamos o *corpus* selecionado. A pesquisa busca compreender de que forma essas narrativas, ancoradas em dados, contribuem para a produção de sentidos, disputas simbólicas e reorganizações do real no discurso jornalístico contemporâneo.

2 O acontecimento no jornalismo guiado por dados

Para compreender o funcionamento discursivo do jornalismo de dados, é preciso retornar à sua genealogia. Um dos principais marcos ocorreu na década de 1960, com Philip Meyer e o que ele batizou como "jornalismo de precisão". Nesse momento, inicia-se uma inflexão metodológica importante: a aplicação de métodos das Ciências Sociais à cobertura jornalística. Sua investigação dos distúrbios em Detroit em 1967, por meio de questionários estatísticos, foi crucial para demonstrar que os dados não apenas ilustram, mas podem estruturar o enredo e orientar a definição da pauta (Träsel, 2014).

Ao elaborar um livro para discorrer sobre essa nova prática, Meyer (2002) destacou que o jor-

nalismo de precisão seria um modo de trazer a objetividade às redações por meio da utilização de dados. Isso porque, naquele momento, o New Journalism possuía grande espaço nos veículos de comunicação. O repórter, aliás, defende a cientificidade desse processo.

> O novo jornalismo de precisão é um jornalismo científico. [...] Isso significa tratar o jornalismo como se ele fosse uma ciência, adotando método científico, objetividade científica e ideais científicas em todo o processo de comunicação de massa[3] (Meyer, 2002, p. 5, tradução nossa).

Contudo, consideramos que essa afirmação de Meyer (2002) se torna problemática em função do fato de que toda forma de jornalismo possuir métodos de produção e apuração. O jornalismo de precisão (e de dados) não tem um privilégio que o coloca como possuidor da verdade única sobre o fato. Mas todas as produções midiáticas que objetivam transmitir informações que tomam a realidade como referência devem prezar pela checagem, análise e busca por elementos narrativos capazes de comunicar os sentidos que o produtor intenta, o que pressupõe o uso de métodos próprios. Apesar de defender a maior objetividade desse tipo de fazer jornalístico, o próprio Meyer (2002, p. 19, tradução nossa) cita que "Os números são como fogo. Eles podem ser usados para o bem ou para o mal. Quando mensurados, eles podem criar ilusões de certeza e importância que nos torna irracionais"[4].

Diante disso e ainda que o uso de dados não seja novidade no jornalismo, a principal contribuição de Philip Meyer (2002) está na conceituação, na sistematização e na aplicação de metodologias a essa prática. A partir desse marco, o avanço tecnológico e a ampliação do acesso a bases públicas tornaram o jornalismo de dados uma prática cada vez mais viável e disseminada nas redações.

A respeito dessa prática, aliás, Mancini e Vasconcellos (2016) afirmam que o diferencial está no grau de centralidade que os dados assumem. Quando são apenas complementares ao relato, temos um jornalismo *com* dados; quando são estruturantes da pauta e da narrativa, trata-se de jornalismo *de* dados. Além disso, Bradshaw (2014) ressalta que a singularidade do jornalismo de dados está na capacidade de conjugar o "faro jornalístico" tradicional com as ferramentas técnicas de análise e visualização da era digital. Isso exige uma dupla competência: saber encontrar os dados relevantes e, principalmente, saber contar uma boa história a partir deles. Assim, o acontecimento, no jornalismo guiado por dados, não é apenas descoberto, mas construído. Isso ocorre tanto pela escolha do que observar quanto pelo modo como essa observação será narrada ao público. Dessa forma, a compreensão do acontecimento no jornalismo guiado por dados exige um esforço conceitual que articule diferentes matrizes teóricas. Nosso ponto de partida, neste trabalho, é a concepção de acontecimento como construção discursiva.

Observemos que os relatos jornalísticos não são espelhos da realidade, mas produtos das operações discursivas. Isso significa que o acontecimento existe dentro do discurso que o constrói, ou seja, é performado por meio de seleções, recortes e estratégias de visibilidade. Michel Foucault (2010) amplia esse entendimento ao propor que o discurso não apenas representa, mas constitui o real, uma vez que instaura regimes de verdade e modos de subjetivação. Assim, ao narrar dados, podemos dizer que o jornalismo comunica informações ao mesmo tempo que estrutura campos de possibilidades interpretativas.

Nesse mesmo campo de reflexão, Paul Ricoeur (2007) contribui com a noção de narrativa como configuração temporal. Trazemos a perspectiva do autor para analisar o jornalismo de dados, considerando que, ao organizar seus elementos em uma sequência inteligível, ele atua na mediação do tempo social, articulando passado, presente e futuro. Não se trata de uma cronologia neutra, mas de uma montagem que atualiza memó-

---

[3] Do original: "*The new precision journalism is scientific journalism. [...] It means treating journalism as if it were a science, adopting scientific method, scientific objectivity, and scientific ideals to the entire process of mass communication*".

[4] Do original: "*Numbers are like fire. They can be used for good or ill. When measured, they can create illusions of certitude and importance that render us irrational*".

rias, antecipa cenários hipotéticos e organiza os sentidos históricos do acontecimento. Assim, o jornalismo de dados frequentemente mobiliza temporalidades expandidas, em que o acontecimento se revela como processo acumulativo e não apenas como ponto de ruptura.

Para Pêcheux (2009), por sua vez, os sentidos produzidos nas narrativas jornalísticas são atravessados por formações ideológicas. O discurso não é transparente, mas situado. Cada enunciado carrega a marca da posição de quem fala, das condições materiais de produção e dos jogos de força nos quais está imerso. No jornalismo guiado por dados, isso se manifesta na escolha dos dados a serem mobilizados, na forma de visualizá-los e nas estratégias de legitimação adotadas. De tal modo, a "evidência" não é uma propriedade intrínseca do dado, mas um efeito discursivo.

Por fim, cabe destacar a contribuição de Edgar Morin (2015) com sua crítica à "inteligência cega", o que significa que é preciso estar atento a eventuais reducionismos e abstrações que prejudicam o entendimento da complexidade de determinado fenômeno. É o que Morin (2015, p. 12) discorre ao afirmar que o ideal do conhecimento científico clássico era descobrir, atrás da "complexidade aparente dos fenômenos, uma Ordem perfeita legiferando uma máquina perpétua (o cosmos), ela própria feita de microelementos (os átomos) reunidos de diferentes modos em objetos e sistemas". Esse conhecimento

> [...] baseava seu rigor e sua operacionalidade na medida e no cálculo; mas, cada vez mais, a matematização e a formalização desintegraram os seres e os entes para só considerar como únicas realidades as fórmulas e equações que governam as entidades quantificadas (Morin, 2015, p. 12).

O que queremos apontar é o cuidado para não encararmos o jornalismo de dados como um tipo de jornalismo com o poder da objetividade e da precisão na abordagem dos fenômenos, o que é bastante comum nas redações. Assim como as demais formas de comunicação, ele não pode ser reducionista e ignorar os contextos e demais aspectos que compõem e afetam um acontecimento. Esse modo de observar prejudica o seu próprio desenvolvimento e capacidade de analisar, interpretar, compreender e relatar diferentes vieses e particularidades que interferem no desenvolvimento do fato. Não podemos aderir à inteligência cega, a qual "isola todos os seus objetos do seu meio ambiente" (Morin, 2015, p. 12).

Assim, não se deve negligenciar o elo entre o observador (o jornalista, comunicador, enunciador) e o objeto observado (o acontecimento e aquilo que o compõe) e suas influências na elaboração da narrativa (a notícia, reportagem, enunciado) e na imagem que fazem do seu público (leitor, ouvinte, enunciatário), a qual influencia a forma como irá compor a história. Ou seja, como qualquer forma de jornalismo, a narrativa com base em dados reflete os ângulos de observação, escolhas narrativas e estratégias de atração do público. Todos esses aspectos influenciam a produção de sentidos.

De tais modos, esse referencial teórico sustenta a perspectiva adotada neste artigo: a de que o jornalismo guiado por dados não apenas informa, mas organiza simbolicamente o mundo. Para compreender como isso se dá, vamos olhar diretamente para os mecanismos de memória, os dispositivos de legitimação e os modos de atuação do poder simbólico, os três eixos que estruturam a metodologia desta pesquisa, como apresentamos a seguir.

3 Eixos metodológicos para análise da construção do acontecimento

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, orientada por uma perspectiva discursiva foucaultiana e pelas contribuições de Michel Pêcheux e Eliseo Verón. Parte-se da compreensão de que os discursos jornalísticos não são apenas formas de representação da realidade, mas se configuram como práticas sociais situadas que produzem regimes de verdade, instauram disputas simbólicas e organizam modos de legitimação.

Com base nisso, o objeto empírico da análise foi delimitado em torno de dois exemplos do jornalismo de dados latino-americano recente. Primeiramente, analisamos a reportagem do site

brasileiro da Folha de S. Paulo, publicada em maio de 2025, intitulada *Governo federal gastou R$ 3,5 bi em viagens sob sigilo para servidores desde 2014*. Posteriormente, trazemos o estudo da matéria do veículo argentino *La Nación*, veiculada em dezembro de 2024, intitulada *Así nos habló Milei: nueve trucos del relato libertario para construir un nuevo sentido común*.

Ambos os casos foram selecionados por apresentarem uso intensivo de dados como recurso narrativo central, mobilizarem estruturas de visualização e serem consumidos por um público relevante nos contextos de Brasil e Argentina. As duas reportagens permitem observar modos distintos de performar autoridade discursiva: enquanto a brasileira mobiliza visualizações que reforçam a imagem de uma espécie de auditoria das práticas do Estado, a reportagem argentina articula dados à análise retórico-discursiva para interpretar a construção de um projeto simbólico.

Essa diferença reforça que não se estabelece aqui uma comparação direta entre os veículos, mas uma observação da complexidade dos modos de narrar com dados em contextos sociopolíticos distintos (Morin, 2015). A relevância dessas reportagens, assim, reside no fato de que elas tornam visíveis operações discursivas pelas quais dados organizam temporalidades, instituem credibilidades e performam a própria autoridade jornalística. A partir disso, eles foram estudados segundo os eixos de análise desenvolvidos, observando como cada narrativa (re) constrói o acontecimento por meio de operações simbólicas.

O primeiro eixo é a **memória**, que observa como os dados são mobilizados para acionar, silenciar ou ressignificar e projetar memórias coletivas. O jornalismo, ao organizar os acontecimentos, opera uma articulação entre passado, presente e futuro, (re)inscrevendo fatos em linhagens discursivas que influenciam sua interpretação. A memória aqui é entendida como construção discursiva em disputa, ou seja, um campo de tensões entre esquecimentos estratégicos e atualizações simbólicas.

Nesse sentido, o jornalismo funciona como uma instância de mediação que, ao narrar o presente, reorganiza o passado e antecipa futuros possíveis. Como mostra Pêcheux (2009), a memória discursiva opera sobre o "pré-construído" – o já dito – e, a partir dele, elabora novos sentidos. Entretanto, o surgimento de um novo acontecimento pode interromper essa regularidade e instaurar uma nova série discursiva, deslocando os implícitos anteriores. Essa dinâmica evidencia o caráter instável da memória, que tanto preserva quanto transforma significações.

O psicanalista francês Jacques Lacan (1986, p. 21), aliás, trata dessa retomada do passado no presente ao afirmar que "a história não é o passado. A história é o passado na medida em que é historiado no presente – historiado no presente porque foi vivido no passado". Assim, a reconstituição da história não é uma simples coleta de dados historiográficos: "a restituição da integralidade do sujeito [...] apresenta-se como uma restauração do passado. Mas o acento recai sempre mais sobre a face da reconstrução que sobre a face da revivescência", aponta Lacan (1986, p. 23) ao rememorar conceitos levantados por Freud.

É importante destacar que o psicanalista traz essas ideias voltadas para a análise do sujeito, da forma como este (re)constitui seu passado. Mas é possível fazer uma analogia com a maneira como o jornalismo também (re)constitui o passado. Todas as retomadas e os modos de narrá-lo apresentam novas visões e atributos. Como destaca Gobbi, Betti e Assis (2017, p. 348), o jornalismo

> [...] cria registros que destacam do cotidiano determinados acontecimentos, direcionando-lhes a atenção do coletivo. A partir daí, estabelece-se um novo filtro que irá determinar a importância pessoal de cada conteúdo [...]. Portanto, configura-se um processo que é individual e, ao mesmo tempo, socialmente construído.

Também Pilar Calveiro (2017, p. 1, tradução nossa) pontua sobre essa construção: "as memórias predominantes socialmente se reconstroem e modificam, se desestabilizam incessantemente,

da mesma maneira que as memórias individuais"[5]. A esse respeito, a autora completa:

> [...] é certo que essas duas formas de memória – como continuidade e como novidade – não se repelem, mas se articulam em uma atualização da experiência; ambas partem dela e vão até ela. Certamente, a experiência é primordial em qualquer processo de conhecimento, não porque se refere a uma pequena elaboração do que foi vivido, mas porque está na base do conhecimento [...]. A memória, seja como restituição de certas continuidades (sempre limitadas), seja como irrupção de outro tempo no presente, permite novas atribuições de sentido e, assim, resulta a conservação e, sobretudo, atualização da experiência; de experiências comuns, que se vivem e significam socialmente[6] (Calveiro, 2017, p. 1, tradução nossa).

Já na perspectiva da **legitimação**, examinamos os mecanismos discursivos por meio dos quais o jornalismo guiado por dados busca performar autoridade e credibilidade. Isso inclui o uso de fontes estatísticas, a visualização de dados como *mise-en-scène* de neutralidade e a ancoragem em linguagens técnicas. O jornalismo se posiciona como mediador autorizado do real, mas lembramos que essa autoridade é construída discursivamente e que existem espaços de questionamento.

A questão que também se coloca refere-se aos modos e às circunstâncias que levam os indivíduos a darem ou não essa legitimidade a outrem. Como afirma Foucault (2014, p. 35), ao introduzir o que chama de procedimentos de imposição de regras aos sujeitos do discurso, "ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo". Nesse sentido, ele pontua que nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis, "algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala" (Foucault, 2014, p. 35).

Entre os procedimentos de imposição de regras aos sujeitos do discurso, Foucault (2014, p. 37) intitula como "ritual" aquele que "define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados)". Este

> [...] define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que deve acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção (Foucault, 2014, p. 37).

Assim, os discursos, sejam eles religiosos, judiciários, políticos ou outros, determinam aos sujeitos que falam propriedades singulares e papéis preestabelecidos.

Diante dessas considerações, tentaremos compreender como essas relações podem influenciar a construção do acontecimento. É possível observar o aspecto referencial da linguagem, o qual coloca o movimento desta relacionado ao ato de troca e ao recorte do mundo por meio das categorias de sentido.

No que se refere ao eixo do **poder**, analisamos como as narrativas visibilizam certos sujeitos, territórios e problemas enquanto mantêm outros à margem. O jornalismo de dados, ao selecionar e organizar os dados, atua como operador de disputas no campo simbólico, instaurando hierarquias de relevância e sensibilidade.

Nessa linha, Foucault (2018, p. 30) afirma que esse poder deve ser observado mais atentamente pelo seu exercício do que pela sua posse, uma vez que ele "não é o 'privilégio' adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição

---

[5] Do original: "*las memorias socialmente predominantes se reconstruyen y modifican, se desestabilizan incesantemente, de la misma manera que las memorias individuales*".

[6] Do original: "*Es cierto que estas dos formas de la memoria – como continuidad y como novedad- no se repelen, sino que se articulan en una actualización de la experiencia; ambas parten de ella y van hacia ella. Ciertamente, la experiencia es primaria en todo proceso de conocimiento, no porque refiera a una escasa elaboración de lo vivido sino porque está en la base del conocimiento, como se ha señalado desde la fenomenología en adelante. [...] La memoria, ya sea como restitución de ciertas continuidades (siempre limitadas), o como irrupción de otro tiempo en el presente, permite nuevas asignaciones de sentido y, de tal suerte, resulta la conservación, y sobre todo la actualización de la experiencia; de experiencias comunes, que se viven y se significan socialmente*".

dos que são dominados". Ou seja, trata-se da consequência das estratégias usadas para tê-lo. Foucault (2018) completa apontando que esse poder não se aplica simplesmente como uma obrigação ou uma proibição aos que não o têm:

> [...] ele os investe, passa por eles e por meio deles; apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apoiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança. O que significa que essas relações se aprofundam dentro da sociedade, que não se localizam nas relações do Estado com os cidadãos ou na fronteira das classes e que não se contentam em reproduzir ao nível dos indivíduos, dos corpos, dos gestos e dos comportamentos, a forma geral da lei ou do governo; que se há continuidade (realmente elas se articulam bem, nessa forma, de acordo com toda uma série de complexas engrenagens), não há analogia nem homologia, mas especificidade do mecanismo e de modalidade. [...] A derrubada desses 'micropoderes' não obedece portanto à lei do tudo ou nada; ele não é adquirido de uma vez por todas por um novo controle dos aparelhos nem por um novo funcionamento ou uma destruição das instituições; em compensação nenhum de seus episódios localizados pode ser inscrito na história senão pelos efeitos por ele induzidos em toda a rede em que se encontra (Foucault, 2018, p. 30).

Todas essas observações levam a refletir sobre as relações de "poder-saber". Como avulta o autor, para existir "saber" não é fundamentalmente necessário que não haja relações de poder envolvidas, da mesma forma que a renúncia ao poder não é uma das condições para que se possa se tornar sábio. Ele assevera que "temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil)" (Foucault, 2018, p. 31). Continua o pensamento apontando que "não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder" (Foucault, 2018, p. 31).

Ou seja, ao contrário da visão repressiva tradicional (em que o poder só proíbe ou pune), Foucault afirma que o poder também produz saberes, subjetividades, normas, verdades. Ele organiza o que é possível dizer, pensar e fazer em determinada sociedade. É disso que trata o conceito de poder-saber: toda relação de poder implica e produz um saber, e todo saber pressupõe uma relação de poder. Por exemplo, a medicina moderna não apenas cura, mas também define o que é normal e patológico, exercendo poder sobre os corpos.

No eixo do poder, portanto, compreende-se que o jornalismo de dados opera como um agente de disputa simbólica ao selecionar quais sujeitos, territórios e temas merecem visibilidade, instaurando hierarquias discursivas. Nesse contexto, o poder não apenas circula, mas também constitui sujeitos e produz regimes de verdade. Assim, o jornalismo de dados, ao organizar e narrar os acontecimentos, torna-se espaço privilegiado de exercício do poder-saber, ao mesmo tempo que reinscreve relações de força nos modos de representar o real.

Embora os eixos do poder e da legitimação estejam interligados na dinâmica discursiva do jornalismo, é importante diferenciá-los analiticamente. O eixo do poder está relacionado à forma como as narrativas jornalísticas visibilizam certos sujeitos, temas e territórios enquanto mantêm outros à margem, instaurando hierarquias simbólicas e disputas sobre o que deve ser considerado relevante. Trata-se de uma lógica que atravessa o campo social, operando por meio de exclusões, silenciamentos e distribuições desiguais de visibilidade. Já o eixo da legitimação refere-se aos mecanismos pelos quais o jornalismo performa autoridade e credibilidade diante do público, mobilizando recursos como linguagem técnica, visualizações de dados, estatísticas e ancoragens institucionais. Além disso, envolve os critérios que definem quem pode falar: determinadas posições sociais, formações acadêmicas, cargos públicos ou experiências de vida funcionam como marcadores que legitimam a presença e a escuta dos entrevistados. Ou seja, o jornalismo também constrói sua autoridade ao selecionar sujeitos cujas vozes são previamente reconhecidas como autorizadas a falar sobre determinado tema.

Enquanto o poder está relacionado à estrutura e à circulação dos discursos na sociedade, a legitimação diz respeito ao reconhecimento da autoridade enunciativa por parte dos receptores e ao modo como o jornalismo constrói sua pró-

pria posição como mediador autorizado do real. Ambos os eixos, portanto, são complementares: o poder define o que pode ser dito e quem pode dizer; a legitimação estabelece as condições para que esse dizer seja socialmente reconhecido como verdadeiro ou válido.

Com esse aparato teórico-metodológico, realizamos a análise das duas reportagens a fim de compreender como, em cada uma delas, o jornalismo guiado por dados atua na reconstrução simbólica do acontecimento, disputando os sentidos atribuídos ao que é noticiado, às formas de narrar e às posições dos sujeitos envolvidos. Embora analisados separadamente, esses eixos são interdependentes e se atravessam continuamente na construção simbólica do acontecimento. A memória fornece o repertório discursivo que serve de base para os processos de legitimação, ao passo que ambos operam sob a lógica das disputas de poder.

4 Sigilo e visibilidade no Estado brasileiro: a corrupção enraizada

A reportagem *Governo federal gastou R$ 3,5 bi em viagens sob sigilo para servidores desde 2014*, publicada pela Folha de S. Paulo em maio de 2025, aponta que, desde 2014, o governo federal destinou o valor mencionado (R$ 3,5 bilhões) para custear viagens de servidores públicos cujas identidades foram mantidas em sigilo. Segundo o levantamento, aproximadamente uma em cada oito viagens realizadas ao longo de pouco mais de uma década teve o nome do servidor ocultado.

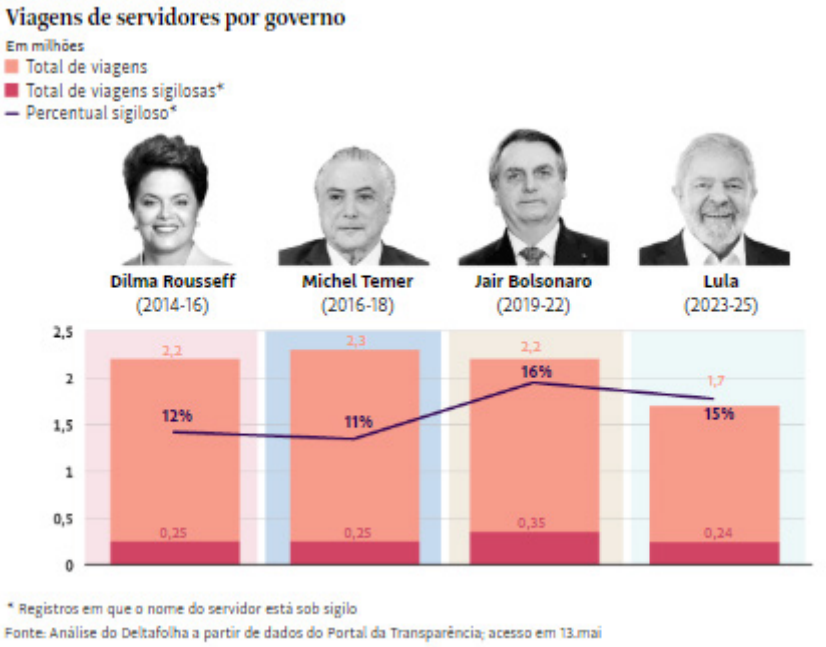
Além disso, informações como o destino da viagem, a justificativa, o cargo e a função do servidor também estão sob sigilo. Em alguns casos, o sigilo já dura mais de dez anos. Esses gastos envolvem tanto passagens quanto diárias, que cobrem despesas com hospedagem, alimentação e deslocamento, e são depositadas diretamente na conta do servidor. O conteúdo destaca, ainda, que o valor das diárias é fixado por decreto e, para recebê-las, o servidor não precisa apresentar comprovantes ou notas fiscais.

Observamos que, ao longo do conteúdo, há comparações entre os governos Dilma Rousseff (2014-2016), Michel Temer (2016-2018), Jair Bolsonaro (2019-2022) e Lula (2023-2025). Isso ocorre tanto textualmente como por meio de recursos gráficos. No campo textual, o momento mais claro consta no parágrafo a seguir:

> Na comparação entre governos, o patamar mais alto de sigilos foi registrado durante a presidência de Jair Bolsonaro (PL), que ocultou 16% dos nomes dos servidores em viagens. A gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem se aproximado dessa cifra –até abril deste ano, os nomes estavam ocultos em 15% das diárias e passagens. No governo de Dilma Rousseff, 12% das viagens tinham nomes sob sigilo, percentual que teve uma ligeira queda para 11% na presidência de Michel Temer (Folha de S. Paulo, 2025).

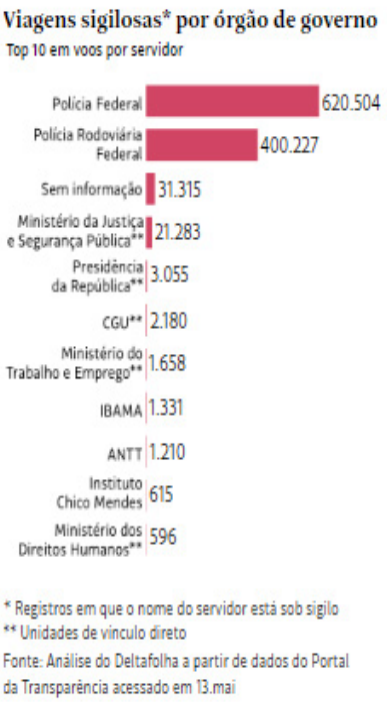
Já em relação aos elementos imagéticos, a comparação entre os chefes do Executivo aparece em três gráficos: viagens de servidores por governo (Figura 1); gasto de diárias por governo; gasto de voos por governo. Todos eles utilizam a mesma estrutura observada a seguir, ou seja, a junção de um gráfico de linhas com outro de colunas sobrepostas com as fotos dos presidentes e o período de mandato. Também há um gráfico de barras que indica as "viagens sigilosas por órgãos de governo". Essas composições criam uma evidente percepção de comparativo histórico, indicando visualmente uma espécie de ranking.

Figura 1 – Viagens de servidores por governo



Fonte: Folha de S. Paulo (2025).

Figura 2 – Viagens sigilosas por órgão



Fonte: Folha de S. Paulo (2025).

Outro ponto a se destacar no conteúdo é que existe a abertura para justificativas, tanto para o atual governo (Lula)[7] quanto para a Polícia Rodoviária Federal (segundo órgão que mais utilizou o sigilo)[8] e a Polícia Federal (órgão que mais utilizou o sigilo)[9]. Todas elas aparecem em forma de citação indireta, mencionando o envio de notas em resposta à *Folha*. Ao mesmo tempo, intercalam-se entrevistas que, claramente, colocam em questionamento essas justificativas e o uso do sigilo. As falas são atribuídas a Marina Atoji, diretora de programas na Transparência Brasil, e a Bruno Morassutti, cofundador e diretor de *advocacy* da Fiquem Sabendo. Ambos declaram existir uso exagerado do sigilo e afirmam que deve haver mais abertura desses dados para que se saiba se existe uso indevido dos recursos públicos.

Ao investigar uma prática prolongada de uso do sigilo institucional para encobrir gastos com viagens oficiais, observamos que o jornal não apenas informa, mas organiza o tempo e as relações de poder a partir de um ponto de vista específico. Assim, a operação de **memória** na reportagem não se limita à apresentação cronológica dos gastos públicos desde 2014. O que está em jogo é uma narrativa que estrutura o acontecimento como algo persistente, e não um evento excepcional. Assim, vemos que o jornalismo guiado por dados tem a capacidade de reatualizar memórias estruturais por meio de dados recorrentes, fazendo do passado um operador discursivo no presente.

Nesse sentido, a reportagem evidencia que o sigilo é prática recorrente em diferentes governos e, sobretudo, ela o estrutura como índice de uma cultura de opacidade institucional. Com isso, a narrativa transforma a invisibilidade do sigilo em visibilidade crítica. Trata-se de uma memória que não se refere a um evento isolado, mas a um processo histórico de negligência com a transparência. A visualização gráfica dos valores ao longo dos anos reforça essa memória acumulativa, fazendo do dado não apenas um número, mas uma trajetória de ocultamento.

No que se refere à **legitimação**, vemos que a autoridade da reportagem é performada por meio de uma cuidadosa composição de entrevistados e dados. Os números são extraídos do Portal da Transparência e da Controladoria-Geral da União (CGU), sendo cruzados com entrevistas de especialistas como Marina Atoji e Bruno Morassutti. O jornalismo de dados mobiliza essa técnica como estratégia de autorização simbólica, ou seja, os dados não são apenas apresentados, mas encenados como neutros e evidentes.

No entanto, como alerta Gitelman (2013), "*raw data is an oxymoron*" (em português, dados brutos são um oxímoro), o que significa dizer que todo dado é coletado, formatado e interpretado dentro de algum contexto, o que já implica escolhas e mediações. Ou seja, chamar dados de "brutos" seria uma contradição. Nessa linha de pensamento, consideramos que a reportagem, ao escolher quais dados mobilizar e como visualizá-los, realiza uma operação discursiva que orienta a leitura e sustenta uma crítica. Assim, a *mise-en-scène* da neutralidade técnica serve, paradoxalmente, como estratégia de posicionamento: ao parecer imparcial, o jornal se coloca em uma posição de autoridade interpretativa. Vale destacar, contudo, que não estamos apontando erros de análise e apresentação de dados por parte da Folha de S. Paulo ou que o jornal deveria adotar outra linha de construção simbólica, mas que toda escolha (de cada elemento e da forma como é apresentado na narrativa) corrobora para a construção do acontecimento e de sua legitimação.

Enquanto isso, o eixo do **poder** aparece de forma contundente na operação de visibilidade promovida pela reportagem. O sigilo é apresenta-

---

[7] Em nota, a Presidência da República afirma que informações que podem comprometer a segurança do presidente são colocadas como reservadas, seguindo grau de sigilo pelo Gabinete de Segurança Institucional. É o caso da comitiva de apoio técnico, cujos dados ficam ocultados.

[8] A PRF, por sua vez, afirma que a natureza policial das atividades desenvolvidas da instituição exige tratamento reservado para informações sensíveis, incluindo deslocamentos dos agentes. A instituição afirma que a publicidade das viagens pode ocorrer antes do previsto em lei, a depender do grau de sigilosidade do caso.

[9] Já a PF diz, em nota, que divulgar dados da mobilização pode comprometer a capacidade operacional e investigativa da instituição, e que não há prazo de sigilo definido nesses casos devido à natureza sensível da informação. Segundo a instituição, a exposição de informação individual aumenta a vulnerabilidade dos policiais.

do não apenas como uma prática administrativa, mas como um modo de exercício do poder. No caso analisado, há um deslocamento do foco da informação para o foco da ocultação: o dado passa a ser relevante não pelo que mostra, mas pelo que deixa de mostrar.

Nesse processo, o jornalismo de dados assume a função de revelador. Ele informa sobre o gasto, mas, sobretudo, denuncia a estrutura que o torna invisível. Trata-se de uma contranarrativa simbólica ao poder estatal, em que o jornalismo se posiciona como mediador autorizado do campo do visível. A visualização do dado, neste caso, cumpre um papel político: tornar transparente e também instaurar uma disputa sobre o que deve ser visto e debatido publicamente.

Em suma, na reportagem da Folha de S. Paulo (2025) sobre os gastos sigilosos do governo federal com viagens, observamos uma articulação intensa entre memória, legitimação e poder. A memória é ativada ao posicionar os dados dentro de uma série histórica de opacidade institucional, atualizando criticamente a trajetória do uso de recursos públicos desde 2014. A legitimação do discurso se apoia na mobilização de dados oficiais, nos entrevistados especializados, na oportunidade de respostas dada aos órgãos e na apresentação visual organizada – elementos que funcionam como operadores de autoridade, sugerindo objetividade, ética e rigor investigativo. Simultaneamente, a reportagem atua como dispositivo de poder ao visibilizar determinadas práticas administrativas, atribuir centralidade a certos atores (como o governo federal e os órgãos de controle) e convocar o leitor à vigilância cívica. Ao tornar visível o que estava oculto, o jornalismo reafirma sua posição de mediador autorizado do real e disputa a definição do que deve ser considerado relevante no debate público, constituindo uma performance discursiva que reorganiza sentidos e relações de força.

Assim, a reportagem da Folha de S. Paulo (2025) configura-se como um acontecimento discursivo em si. Ela não apenas relata um fato, mas organiza memórias, performa autoridade e reposiciona os sujeitos – governo, servidores, cidadãos etc. – em um campo simbólico marcado por disputas. O jornalismo de dados, aqui, é menos um espelho da realidade e mais uma tecnologia narrativa que reconstrói o real.

5 Milei e a performatividade discursiva: a (des)construção de um sujeito

A reportagem *Así nos habló Milei*: *nueve trucos del relato libertario para construir un nuevo sentido común*, publicada pelo jornal argentino *La Nación* em dezembro de 2024, representa um modelo diferente em comparação ao que vimos da *Folha*. Enquanto esta parte de bases de dados públicas e já organizadas sobre gastos públicos com viagens, o site argentino utiliza os discursos do presidente do país para, com o uso de inteligência artificial, criar uma base de dados que reflita as posturas de Javier Milei. Assim, a matéria transcreve os discursos do presidente ao mesmo tempo que os organiza em uma estrutura interpretativa que busca evidenciar os mecanismos retóricos por trás de sua comunicação pública. Ao listar nove "truques" usados recorrentemente por Milei, o jornal assume um papel hermenêutico: ou seja, ao invés de repetir o discurso, faz a "tradução" deste.

O *La Nación* (2024) explica a metodologia utilizada. Primeiramente, afirma que a análise foi feita a partir de 140 vídeos de discursos e entrevistas de Javier Milei durante o seu primeiro ano como presidente da Argentina. Os áudios desses vídeos foram extraídos e transcritos com o uso da ferramenta Whisper. Em seguida, os textos passaram por um tratamento com técnicas de processamento de linguagem natural (NLP) e modelos de linguagem avançados (LLMs). Esse processo permitiu, segundo o *La Nación* (2024), identificar informações importantes, como data, local, entrevistador e quem estava falando em cada trecho. Também foi adicionada uma camada de metadados contextuais para aprofundar a análise.

Além disso, para a produção do conteúdo, foi utilizado um sistema que combina NLP com o modelo Gemini Pro, permitindo detectar recursos como hipérboles, insultos, referências religiosas,

menções ao Estado, elementos ligados à chamada "batalha cultural" e padrões de repetição ao longo do tempo. Por fim, os dados foram organizados para quantificar as ocorrências por categoria e observar tendências ao longo do tempo.

Após utilizar essa metodologia para a criação de uma base de dados, o *La Nación* (2024) traz, na reportagem, a descrição de nove tópicos que seriam as principais abordagens (ou "truques") utilizados pelo presidente argentino em seus discursos: *El salvador de una catástrofe*; *Insultos y descalificaciones*; *Los buenos, los malos… y Cristina*; *Una misión religiosa*; *La obsesión con la prensa*; *El topo y la motosierra*; *El arte de la hipérbole*; *El ajuste de cuentas*; *La batalla cultural*.

Em cada tópico, apresenta-se a quantidade de menções à situação em questão nos discursos selecionados e uma interpretação com análise contextual. No primeiro, "O salvador de uma catástrofe", destaca-se a repetição de que herdou uma inflação descontrolada, chegando a alegar um índice anual de 17.000%, mas sua base de cálculo é bastante questionável, de acordo com o *La Nación* (2024). Essa narrativa sustenta os atuais sacrifícios como necessários e já recompensados, utilizando frases como "evitamos a hiperinflação" para justificar sua gestão.

No segundo, "Insultos e desqualificações, observa-se o uso recorrente de ataques pessoais e agressividade estratégica, deslegitimando opositores como parte da velha política, a quem atribui o fracasso argentino. Termos ofensivos são usados para afirmar uma suposta superioridade moral. Já em "Os bons, os maus… e Cristina", constrói-se uma oposição entre libertários e representantes da política tradicional, como Cristina Kirchner. Essa divisão binária reforça a coesão de sua base e legitima seus ataques, apresentados como revelações morais. Milei aplica o que se chama de "princípio da revelação", justificando suas ações e ataques com base no suposto caráter corrupto dos que o enfrentam.

Na sequência, "Uma missão religiosa" revela a dimensão messiânica de seu discurso, com frequentes referências ao judaísmo e ao Antigo Testamento. Apresenta-se como profeta em missão divina, acima das disputas políticas convencionais. Uma de suas passagens favoritas é a dos Macabeus, origem de uma de suas citações favoritas: "a vitória não depende do número de soldados, mas das forças que vêm do céu". Isso reforçaria a ideia de que sua missão política tem um caráter divino, algo acima da lógica terrena ou das disputas tradicionais de poder. Essa postura espiritualizada serviria para colocar seu projeto político em um plano moral superior, como se ele estivesse guiado por uma causa sagrada.

Em "A obsessão com a imprensa", Milei ataca sistematicamente a mídia, acusando jornalistas de corrupção e de fazer parte da "casta". Um de seus termos mais repetidos é "ensobrados", uma alusão direta a jornalistas que, segundo ele, receberiam subornos em envelopes. E, apesar das acusações pesadas, ele não apresenta provas: sustenta seu discurso com base em sua autoridade pessoal e na suposta perda de credibilidade da mídia tradicional.

Enquanto isso, "A toupeira e a motosserra" simboliza seu programa de desmonte do Estado, com medidas de corte orçamentário celebradas publicamente. O fechamento de órgãos públicos e o cancelamento de contratos estatais são tratadas como vitórias emblemáticas, e ele frequentemente as associa à imagem da "motosserra", que se tornou o símbolo de sua campanha e de seu estilo de gestão: cortar sem hesitação.

No tópico "A arte da hipérbole", o presidente abusa de exageros para promover sua gestão. Frases como "o melhor governo da história" e comparações grandiosas revelam seu estilo retórico, desconectado de dados concretos. Na sequência, "O acerto de contas" indica a prática de usar discursos públicos para retaliar seus críticos, transformando ataques em demonstrações de superioridade técnica e intelectual.

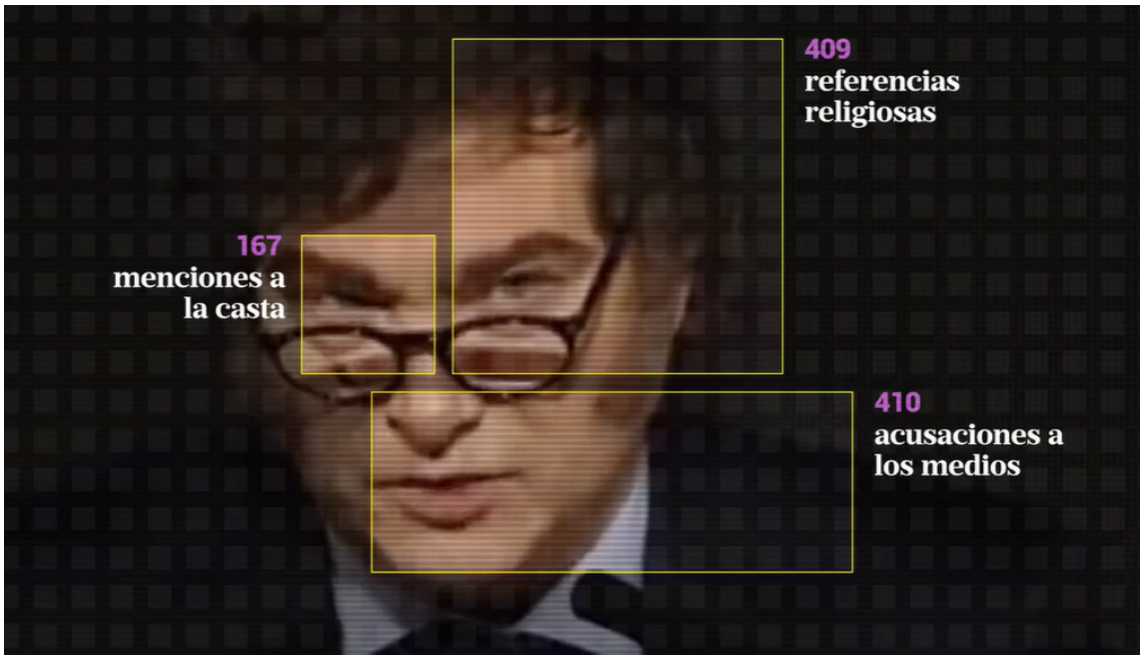
Por fim, em "A batalha cultural", Milei insere sua política econômica em um projeto maior: o combate à agenda progressista. Ele critica movimentos como o feminismo, o ambientalismo e a ideologia de gênero, associando-os a ameaças à civilização ocidental e buscando protagonismo

em uma aliança internacional de direita.

A operação de **memória** na matéria se dá por meio da reinscrição dos discursos de Milei em uma espécie de gramática reconhecível. Desse modo, a matéria mobiliza uma memória política de confronto, típica de regimes personalistas. A linguagem de guerra, redenção e sacrifício é recuperada não apenas como estilo retórico, mas como estratégia de constituição de sujeitos, ou seja, o líder iluminado e o povo acordado. Trata-se de uma memória discursiva performada para sustentar a narrativa do messianismo libertário.

Consideremos, assim, que a reatualização de formatos discursivos sedimentados permite reinscrever o presente em uma linhagem crítica. A imagem inicial da matéria também reforça essa percepção de desvendamento e análise crítica. Ao rolar a tela, o rosto de Javier Milei aparece como fundo e, sobre ele, retângulos amarelos surgem progressivamente, destacando números relacionados à frequência de determinados temas em seus discursos, como referências religiosas. Esse gesto visual opera como uma metáfora da revelação: convida o leitor a penetrar na camada superficial do discurso e observar o que existe "dentro" do enunciador. Tal efeito performa uma espécie de dissecação simbólica, transformando o político em objeto de análise e reforçando o papel do jornalismo como instância capaz de expor o funcionamento interno de uma narrativa ideológica. Trata-se, portanto, de uma construção que alia visualidade, interatividade e interpretação para ativar a dimensão investigativa da matéria.

Figura 3 – Os "truques" de Javier Milei



Fonte: *La Nación* (2024).

O próprio uso do termo "truque" no título da reportagem do *La Nación* (2024) é revelador ao indicar, ainda que de forma sutil, que as estratégias discursivas adotadas por Javier Milei não são naturais ou espontâneas, mas sim construções intencionais. O vocábulo "truque" carrega uma conotação de artifício, técnica ou encenação, sugerindo que há uma manipulação consciente dos recursos linguísticos e retóricos com o objetivo de moldar o sentido e influenciar o imaginário coletivo. Com isso, a matéria já estabelece, desde o título, um posicionamento crítico que desloca o discurso político de Milei do campo da transparência para o da performance estratégica,

construindo uma memória específica sobre o personagem em questão.

Já a **legitimação** da reportagem não se constrói por meio da desmontagem técnica do discurso de Milei, classificando seus recursos como estratégias de manipulação simbólica. Vemos que a autoridade do jornalismo de dados, em sua vertente explicativa, repousa na origem dos dados (os discursos do próprio Milei), mas também na capacidade de reencenação narrativa que confere ao discurso uma inteligibilidade crítica.

Ao invés de apenas informar o que foi dito, o texto propõe um tipo de metadiscurso: além dos dados quantificáveis, explicita a forma e os efeitos de sentido dos enunciados presidenciais, utilizando alguns trechos que servem como prova da interpretação. Ao longo de cada tópico, existem aspas em palavras ou frases, atribuindo o conteúdo ao presidente argentino. Por exemplo, no intertítulo "uma missão religiosa", o *La Nación* (2024, cap. 4) afirma que

> [...] o lado místico tem se acentuado nas aparições mais recentes. 'As pessoas somos meros instrumentos nesta causa e devemos estar dispostos a dar a vida por ela', disse na semana passada. A fidelidade que ele exige é um dos traços que mais o diferencia do liberalismo clássico[10].

Essa operação legitima a interpretação, bem como o próprio jornalismo como instância de vigilância discursiva, não apenas verificadora de fatos, mas desarticuladora de estruturas simbólicas.

Também observando por esse eixo, a matéria revela como o discurso de Javier Milei busca performar autoridade e credibilidade a partir de estratégias não convencionais, mas profundamente articuladas ao seu projeto político. A reportagem evidencia que sua legitimação discursiva não se baseia na experiência política tradicional (já que chegou ao poder sem partido estruturado, sem alianças e sem histórico de gestão), mas sim em um *ethos* construído por meio do uso performático da linguagem e da retórica de oposição radical.

A frequência e intensidade de suas falas – 140 intervenções públicas em um ano – reforçam a autoridade discursiva baseada na repetição, na insistência em determinados dados (como os "17.000% de inflação"), e na evocação constante de um cenário catastrófico herdado, o que o posiciona como salvador da pátria e justifica a dureza de seu programa econômico. Embora o número seja tecnicamente controverso, a autoridade de Milei é performada mais pela convicção com que ele apresenta os dados do que por sua veracidade comprovada, um traço típico do discurso populista tecnocrático.

Além disso, a matéria mostra como a agressividade verbal – com insultos sistemáticos e desqualificação de opositores – se converte em instrumento de legitimação simbólica. Ao romper com as "formas" e com o protocolo, Milei transforma o insulto em uma forma de ação política legítima entre seus apoiadores. A desqualificação do outro constrói, por contraste, a imagem de um eu supostamente verdadeiro, corajoso e autêntico, que merece ser escutado – e, portanto, detém o direito de fala pública.

Do ponto de vista da prática jornalística, a explicitação clara da metodologia utilizada e o destaque para a operação por meio de inteligência artificial também ancoram a legitimidade do discurso do *La Nación*. Neste caso, a centralidade atribuída à tecnologia na construção da base de dados reforça uma imagem de rigor técnico e, ao mesmo tempo, transfere à máquina a função de filtragem primária, o que sugere uma menor interferência subjetiva humana na seleção dos dados. Essa mediação algorítmica atua, assim, como um elemento de autoridade discursiva, conferindo ao jornalismo a aparência de neutralidade operacional, ainda que os sentidos produzidos posteriormente sejam profundamente interpretativos.

Outro modo de legitimar a ideia que o texto busca transmitir – ou seja, que o discurso de Milei é estruturado a partir de estratégias específicas

---

[10] Do original: "*El costado mistico se ha acentuado en las últimas apariciones. 'Las personas somos meros instrumentos en esta causa y tenemos que estar dispuestos a dar la vida por ella', dijo la semana que pasó. La fidelidad que demanda es uno de los rasgos que más lo diferencia del liberalismo clásico*".

– é o uso de gráficos como operadores de autoridade e evidência. A visualização de dados serve para sustentar a análise, conferindo-lhe uma aparência de objetividade técnica. Além disso, também torna os números visualmente mais nítidos por meio da representação gráfica. Em alguns tópicos da matéria, são apresentados rankings com as palavras (Figura 4) ou grupos temáticos (Figura 7) mais utilizados. Também aparecem linhas do tempo que indicam a frequência com que determinados termos foram mencionados ao longo dos meses (Figura 5). Outro recurso são as listas de frases em que certas expressões se repetem (Figura 6). Esses elementos gráficos não apenas ilustram a narrativa, mas funcionam como dispositivos legitimadores que reforçam a interpretação oferecida pelo texto jornalístico, ancorando-a em uma lógica de verificação empírica e análise sistemática.

Figura 4 – Ranking de desqualificações mais usadas



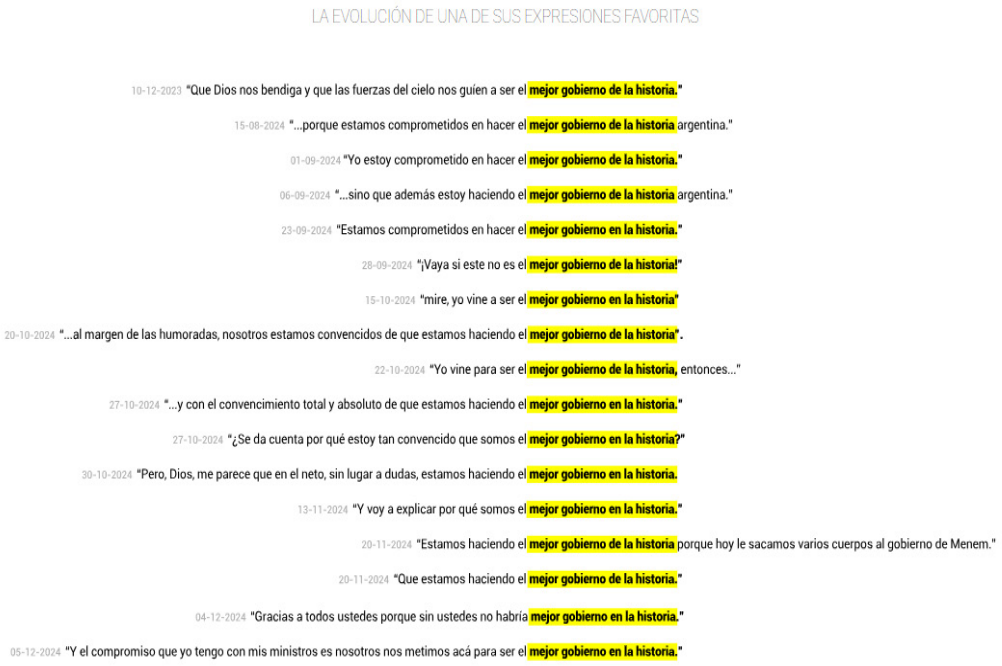
Fonte: *La Nación* (2024).

Figura 5 – O uso de hipérboles nos discursos e nas entrevistas de Milei



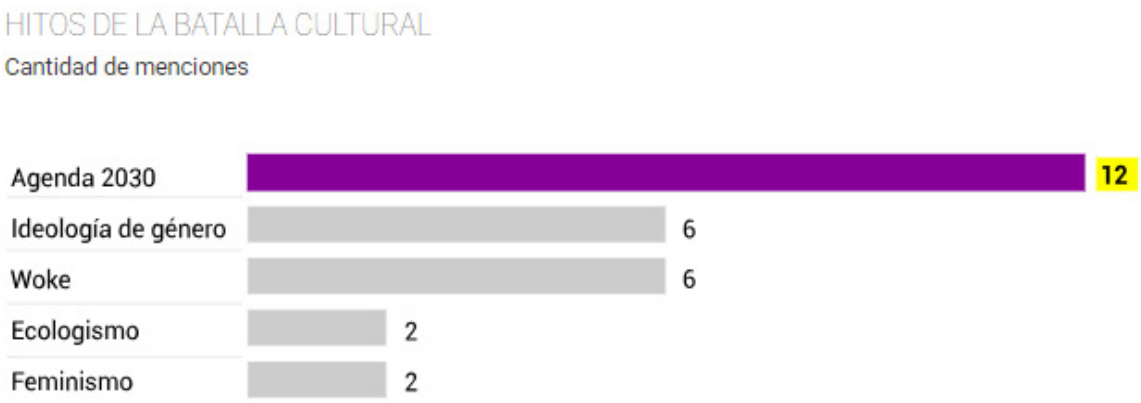
Fonte: *La Nación* (2024).

Figura 6 – Uso da expressão "melhor governo da história"



Fonte: *La Nación* (2024).

Figura 7 – Menções relacionadas à "batalha cultural"



Fonte: *La Nación* (2024).

No eixo do **poder**, a reportagem realiza uma manobra importante: desestabiliza a aura de autoridade carismática de Milei ao explicitar os mecanismos de seu discurso. O que está em jogo não é apenas o conteúdo dos discursos, mas o poder de interpretá-los e de instituir sentidos legítimos. A matéria atua como antídoto simbólico, deslocando o centro da enunciação do presidente para o jornalismo. Essa operação é possível graças ao uso dos dados discursivos como índices. Cada frase ou recurso retórico de Milei é apresentado como parte de uma matriz recorrente, ou seja, como dado. O jornalismo assume, assim, um papel de análise de padrões:

identifica repetições, inversões, dicotomias, silenciamentos.

O poder de enunciação, antes concentrado na figura presidencial, é redistribuído. A crítica se torna também uma forma de visualização. Assim, ao expor os "truques" do relato libertário, o *La Nación* (2024) performa o acontecimento como desmontagem. O evento não é apenas o que Milei disse, mas a explicação pública do que seus discursos produzem, bem como os objetivos por trás deles. Trata-se de uma disputa simbólica pelo conteúdo e, sobretudo, pela forma: pelo direito de narrar, interpretar e, em última instância, de construir o senso comum.

De modo resumido, portanto, no caso da reportagem do *La Nación* (2024) que analisa os padrões discursivos do presidente Javier Milei, os três eixos – memória, legitimação e poder – se entrelaçam de maneira estratégica. A memória é mobilizada ao remeter a discursos autoritários do passado latino-americano, sugerindo que o "*relato libertario*" não é um fenômeno isolado, mas parte de uma genealogia discursiva que ressurge com novas roupagens. A legitimação do texto se constrói a partir do uso de categorias analíticas, vocabulário técnico e da desnaturalização dos modos de enunciação presidencial, o que confere ao jornalista a posição de intérprete crítico. Por fim, o eixo do poder é ativado na forma como a matéria expõe os efeitos simbólicos das narrativas de Milei sobre o senso comum, mostrando como certos valores são naturalizados enquanto outros são silenciados. Ao denunciar os "truques" do discurso, o *La Nación* (2024) interpreta o real e tenta reinscrevê-lo dentro de uma nova moldura, disputando os sentidos possíveis sobre o papel do presidente, da linguagem política e das crenças sociais que sustentam o poder.

6 Considerações finais

A análise dos dois casos – a reportagem da Folha de S. Paulo sobre viagens oficiais sob sigilo e a desmontagem retórica dos discursos de Javier Milei feita pelo *La Nación* – permitiu observar como o jornalismo guiado por dados atua na (re) construção simbólica do acontecimento a partir de estratégias narrativas que envolvem memória, legitimação e poder. Longe de funcionar apenas como um canal técnico de visualização numérica, esse tipo de jornalismo opera como um dispositivo discursivo que agencia sentidos, estrutura temporalidades e disputa lugares de enunciação.

No caso brasileiro, vimos como a Folha de S. Paulo (2025) mobiliza dados públicos para reencenar uma memória de opacidade institucional que atravessa diferentes governos. O sigilo, apresentado inicialmente como dado administrativo, é ressignificado como estratégia recorrente de invisibilidade. A narrativa estrutura-se como denúncia, mas também como reconstrução histórica de uma prática de Estado. A reportagem ganha força simbólica por meio da visualização dos dados e do uso de fontes qualificadas, performando autoridade jornalística em meio a uma disputa pelo campo da transparência pública.

Já no caso argentino, o *La Nación* (2024) propõe uma operação distinta: transforma os discursos de Milei em base de dados interpretável. Com o uso de inteligência artificial, o jornal organiza o que foi dito em nove categorias, que revelam os mecanismos simbólicos do discurso presidencial. O jornalismo, neste contexto, não apenas registra os enunciados, mas os analisa, expõe suas regularidades e reconfigura seus efeitos de sentido. O carisma, a agressividade, o messianismo e a linguagem bélica são desmontados como recursos retóricos, ou seja, como parte da performatividade discursiva do presidente. E mais do que isso: como "truques" de Milei.

Nos dois casos, o que se verifica é que o jornalismo guiado por dados incorpora linguagens técnicas e visuais para produzir narrativas contextualmente situadas. Na análise, observamos essa reconfiguração do acontecimento por meio de três operadores centrais: a memória, a legitimação e o poder. No primeiro ponto, a memória transforma dados em narrativas acumulativas e projeta o presente e o futuro como atualização de processos históricos. A legitimação se manifesta na encenação técnica, na escolha das fontes e no uso performativo dos dados como argumento de autoridade. Enquanto isso, o poder visibiliza

disputas, reposiciona sujeitos e redefine os temas (e seus enquadramentos) no espaço público.

Portanto, o jornalismo guiado por dados, quando compreendido como prática discursiva, reafirma sua centralidade na mediação do real. Ele informa, mas também interpreta e disputa sentidos. Ao fazê-lo, atualiza a própria função do jornalismo como instância de mediação entre fatos, memórias e regimes de verdade.

Referências

ANDRADE, Oswald. Manifesto antropófago. *Revista de Antropofagia*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 3–7, maio 1928. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/7064/1/45000033273.pdf. Acesso em: 12 jan. 2026.

BRADSHAW, Paul. *Guia prático do jornalismo de dados*. São Paulo: Escola de Dados, 2014.

CALVEIRO, Pilar. La memoria y el testimonio como asuntos del presente. *Megafón*: la batalla de las ideas, Buenos Aires, v. 16, n. 2, p. 1–3, 2017. Disponível em: https://www.clacso.org.ar/megafon/megafon16_articulo2.phpC. Acesso em: 20 jun. 2025.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

FOLHA DE S. PAULO. *Governo federal gastou R$ 3,5 bi em viagens sob sigilo para servidores desde 2014*. São Paulo, 19 maio 2025. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/05/governo-federal-gastou-r-35-bi-em-viagens-sob-sigilo-para-servidores-desde-2014.shtml. Acesso em: 20 jun. 2025.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2018.

GITELMAN, Lisa. *Raw data is an oxymoron*. Cambridge: MIT Press, 2013.

GOBBI, Maria Cristina; BETTI, Juliana Gobbi; ASSIS, Ingrid Pereira. Efemeridade e permanência: a tecnologia na construção de uma memória jornalística. *Razón y Palabra*, [*s. l.*], v. 21, n. 97, p. 346–360, abr./jun. 2017. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199552192018. Acesso em: 12 jan. 2026.

LA NACIÓN. *Así nos habló Milei:* nueve trucos del relato libertario para construir un nuevo sentido común. Buenos Aires, 10 dez. 2024. Disponível em: https://www.lanacion.com.ar/politica/asi-nos-hablo-milei-nueve-trucos-del-relato-libertario-para-construir-un-nuevo-sentido-comun-nid10122024/. Acesso em: 20 jun. 2025.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 1*: os escritos técnicos de Freud (1953-54). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

MANCINI, Leonardo; VASCONCELLOS, Fábio. Jornalismo de Dados: conceito e categorias. *Fronteiras:* estudos midiáticos, São Leopoldo, v. 18, n. 1, p. 69–82, jan./abr. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.4013/fem.2016.181.07. Acesso em: 12 jan. 2026.

MEYER, Philip. *Precision Journalism:* a reporter's introduction to social science methods. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2002.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 2009.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*: v. 1. Campinas: Papirus, 2007.

TRÄSEL, Marcelo Ruschel. *Entrevistando planilhas*: estudo das crenças e do ethos de um grupo de profissionais de jornalismo guiado por dados no Brasil. 2014. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de PósGraduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: https://hdl.handle.net/10923/6841. Acesso em: 28 jul. 2025.

VERÓN, Eliseo. *O discurso da informação*: a construção do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 1983.

Kelly De Conti Rodrigues

Doutora em Comunicação pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestre em Comunicação e graduada em Jornalismo pela mesma universidade.

Carlos Alberto Garcia Biernath

Doutorando em Mídia e Tecnologia na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestre em Comunicação pela mesma universidade e graduado em Jornalismo pelo Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO).

Endereço para correspondência

Kelly De Conti Rodrigues

Rua Treze de Maio, 11-21

Centro, 17015-270

Bauru, SP, Brasil

Como citar esse artigo

De Conti Rodrigues, K., & Garcia Biernath, C. A. (Re) configurações do acontecimento: memória, poder e legitimação no jornalismo. Revista FAMECOS, e48605. https://doi.org/10.15448/1980-3729.2026.1.48605

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.